

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO – AMERICANO – IESLA

PSICANÁLISE E CIENTIFICIDADE: uma revisão de narrativa sobre seu estatuto epistemológico no contexto contemporâneo

Luciana Ferreira Mendes Barão¹

RESUMO:

Este trabalho propõe uma reflexão teórico-discursiva sobre o estatuto epistemológico da psicanálise no campo do saber contemporâneo. A partir de uma revisão narrativa, examina-se como diferentes paradigmas científicos e filosóficos, especialmente aqueles relacionados ao problema da demarcação, problematizam a noção de cientificidade e situam a psicanálise em diálogo com critérios construídos historicamente. Mais do que determinar se a psicanálise é ou não uma ciência sob parâmetros empírico-positivistas, o estudo discute seus modos de legitimação e a pluralidade de discursos que compõem as ciências humanas e a saúde mental. Os resultados indicam que a cientificidade não depende de critérios universais e atemporais, mas de consensos paradigmáticos, e que a psicanálise opera dentro de uma racionalidade própria, de natureza simbólica, interpretativa e ética. Reconhece-se, assim, sua relevância como forma legítima de produção de conhecimento sobre a subjetividade na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Psicanálise; Epistemologia; Discurso científico; Contemporaneidade.

ABSTRACT:

This study proposes a theoretical–discursive reflection on the epistemological status of psychoanalysis within the field of contemporary knowledge. Drawing on a narrative review, it examines how different scientific and philosophical paradigms—especially those related to the problem of demarcation—challenge the notion of scientificity and position psychoanalysis in dialogue with historically constructed criteria. Rather than

¹ Estudante do 9º período do curso de Psicologia do Instituto de Educação Superior Latino-Americana (IESLA). Enfermeira obstetra e especialista em saúde da família. Psicanalista.

determining whether psychoanalysis is or is not a science according to empiricist–positivist standards, the study discusses its modes of legitimation and the plurality of discourses that constitute the human sciences and mental health. The findings indicate that scientificity does not depend on universal and timeless criteria, but on paradigm-dependent consensuses, and that psychoanalysis operates within its own rationality, characterized by symbolic, interpretative, and ethical dimensions. Thus, its relevance is recognized as a legitimate form of knowledge production about subjectivity in contemporary contexts.

Keywords:

Psychoanalysis; Epistemology; Scientific discourse;; Contemporary thought.

1 INTRODUÇÃO

A psicanálise tem ocupado um lugar singular no campo do saber, desafiando fronteiras entre a ciência e a filosofia. O seu objeto de estudo, o inconsciente, escapa às formas tradicionais de mensuração e demonstra os limites de uma racionalidade que busca reduzir o sujeito à lógica da previsibilidade. Nesse sentido, compreender a posição da psicanálise no cenário epistemológico contemporâneo exige mais do que uma classificação entre ciência e pseudociência: requer uma reflexão sobre os modos de produção do conhecimento e sobre os discursos que legitimam determinadas formas de saber em detrimento de outras.

Ao longo do século XX, diferentes paradigmas procuraram delimitar o que se entende por conhecimento científico. Popper (1972), propôs a falseabilidade como critério distintivo da ciência, enquanto Kuhn (1970), demonstrou que os critérios de cientificidade são construções históricas e paradigmáticas, sujeitas a rupturas e reformulações. Latour (1987), evidenciou que a ciência é também um campo de relações sociais, atravessado por disputas políticas e simbólicas que moldam o que

se reconhece como verdade em cada época. Esses debates indicam que o estatuto da ciência não é fixo, mas discursivamente construído.

A psicanálise emerge como uma prática discursiva que não apenas interpreta o sofrimento humano, mas também interroga as condições mesmas de possibilidade do saber. Freud (2010), inaugurou uma nova concepção de sujeito, marcado pela divisão, pelo desejo e pela linguagem, conceitos que deslocam a noção cartesiana de consciência e introduzem um novo paradigma de conhecimento, centrado na interpretação. Essa perspectiva foi ampliada por autores como Erik Erikson, Wilfred Bion e Enrique Pichon-Rivière, que articularam a experiência psicanalítica às dimensões sociais e culturais da existência, aproximando-a das ciências humanas e da psicologia social.

A contemporaneidade, marcada pela hegemonia da medicina baseada em evidências e pelo avanço das neurociências, reatualiza o debate sobre o lugar da psicanálise. De um lado, cresce a exigência por métodos empíricos de validação; de outro, reafirma-se a necessidade de preservar o caráter simbólico e subjetivo da experiência clínica. Autores como Roudinesco (2014) e Dunker (2023) propõem compreender a psicanálise a partir de uma epistemologia própria — nem oposta nem subordinada à ciência empírica —, mas situada em um espaço de interlocução entre discurso científico, prática clínica e reflexão ética.

Como a psicanálise se insere e se legitima no campo do saber contemporâneo, considerando os diferentes discursos epistemológicos sobre ciência e conhecimento? Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa teórico-conceitual, os principais debates epistemológicos sobre critérios de cientificidade e discutir suas implicações para a legitimação da psicanálise como forma de produção de conhecimento.

Trata-se de uma reflexão que ultrapassa o debate dicotômico entre ciência e não-ciência, reconhecendo a multiplicidade de discursos e metodologias que compõem o universo das ciências humanas e da saúde mental. Ao evidenciar a especificidade epistemológica da psicanálise enraizada na linguagem, na escuta e na singularidade do sujeito, pretende-se contribuir para um entendimento mais plural, crítico e sensível da produção de saber na contemporaneidade. Nesse contexto, o

presente estudo justifica-se pela necessidade de uma análise crítica das disputas epistemológicas em torno da psicanálise, evitando reducionismos que desconsiderem sua complexidade. Enquanto a psicologia contemporânea busca adequação à medicina baseada em evidências, a psicanálise fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, centrada na interpretação e na subjetividade, o que desafia a aplicabilidade de métodos quantitativos tradicionais (IOANNIDIS, 2005). Nesse sentido, a metaciência, enquanto investigação sobre a confiabilidade dos métodos científicos, revela-se uma ferramenta essencial para a compreensão dessa controvérsia e para a revisão dos critérios utilizados na legitimação do conhecimento.

O status de ciência confere autoridade e poder institucional a determinados saberes, tornando essa discussão não apenas teórica, mas também política (LATOURET, 1987). Assim, este estudo contribui para um debate epistemológico que transcende dicotomias simplistas entre ciência e não-ciência, promovendo uma reflexão sobre a pluralidade de formas de produção do conhecimento e suas implicações no cenário acadêmico contemporâneo.

Dessa forma, o presente artigo se estrutura em três seções principais. Inicialmente, apresenta-se a metodologia adotada, de revisão narrativa. Em seguida, o desenvolvimento dedica-se à análise teórica, explorando o debate epistemológico de autores como Karl Popper, Mario Bunge, Christian Dunker, Thomas Kuhn e Élisabeth Roudinesco, bem como o estatuto da psicanálise como discurso e suas implicações ético-políticas no cenário contemporâneo. Por fim, as considerações finais retomam os objetivos do trabalho, sintetizando a contribuição da psicanálise para um entendimento plural e crítico do campo do cuidado em saúde mental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como revisão narrativa qualitativa de natureza teórico-conceitual. Esse método foi escolhido por permitir uma síntese interpretativa e abrangente, sem a obrigatoriedade de seguir protocolos rígidos de seleção e análise de fonte.

Segundo Rother (2007), a revisão narrativa caracteriza-se pela análise discursiva e integrativa de produções científicas já publicadas, diferenciando-se das revisões sistemáticas por não se pautar em critérios metodológicos estritos. De acordo com Rocha e Vilas-Boas (2022), a revisão narrativa sustenta-se na experiência teórica do pesquisador, que seleciona e interpreta as fontes conforme a pertinência e relevância para o problema de pesquisa. Nessa abordagem, a ênfase recai sobre a coerência argumentativa e a articulação conceitual entre os textos analisados, favorecendo a construção de uma leitura crítica e integradora da literatura científica.

Dessa forma, as fontes foram selecionadas a partir de critérios de pertinência temática, autoridade intelectual e contribuição para o debate contemporâneo, abrangendo tanto textos clássicos como publicações recentes. A análise concentrou-se na articulação conceitual entre os autores, buscando compreender como distintos discursos constroem a posição epistemológica da psicanálise e seus modos de legitimação no cenário científico atual.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 O Problema da Demarcação: De Popper aos Paradigmas de Kuhn

A questão sobre o que é ciência atravessa séculos de reflexão filosófica. Popper (1972) propôs a falseabilidade como critério central para distinguir ciência de não-ciência, mas essa definição, embora influente, revelou-se limitada diante da complexidade dos fenômenos humanos. Kuhn (1970) rompe com a ideia de ciência como progresso linear, mostrando que o conhecimento científico é historicamente situado e estruturado em paradigmas. Latour (1987) amplia essa perspectiva ao afirmar que a ciência é uma construção social e discursiva, atravessada por relações de poder, instituições e valores culturais.

Essas abordagens permitem compreender que o estatuto da ciência não é apenas metodológico, mas também simbólico e político. A psicanálise, ao propor um saber sobre o inconsciente, questiona a própria noção de objetividade, deslocando o foco da verificação para a interpretação. O discurso psicanalítico, portanto, se insere em uma zona de intersecção entre o saber científico e o saber simbólico, oferecendo uma leitura do sujeito que não se reduz a modelos empíricos.

2.2.2 Psicanálise Frente à Crítica Científica: Definições de Ciência e Pseudociência

Freud (2010) concebe o inconsciente como uma dimensão estruturante da vida psíquica, cuja lógica difere da racionalidade científica. Sua obra inaugura um novo regime de verdade, centrado na linguagem e no desejo, articulando a escuta, o discurso e a experiência subjetiva. A psicanálise, nesses termos, não se limita a uma prática clínica individual, mas constitui um campo de produção de saber sobre o sujeito e suas relações

Erikson (1998) amplia essa compreensão ao inserir o desenvolvimento humano em um contexto psicossocial, evidenciando que os conflitos subjetivos estão entrelaçados à cultura e à história. Bion (1965) introduz o conceito de função alfa e as hipóteses de base nos grupos, mostrando como o pensamento emerge da experiência emocional compartilhada, o que confere ao grupo uma dimensão epistemológica própria. Pichon-Rivière (1987), por sua vez, propõe o Esquema Conceitual Referencial e Operativo (ECRO) como instrumento de análise dialética entre sujeito e contexto, articulando teoria, prática e transformação social.

Lacan, ao reformular a teoria psicanalítica a partir dos quatro discursos, enfatiza que a psicanálise constitui-se como um saber específico, distinto do discurso científico, embora mantenha com este uma interlocução. A psicanálise, para Lacan (1992), articula um saber sobre o sujeito do inconsciente, que escapa às pretensões de objetividade e universalidade típicas das ciências naturais.

A psicanálise, nesses termos, não se limita a uma prática clínica individual, mas constitui um campo de produção de saber sobre o sujeito e suas relações. Ao trabalhar com o inconsciente, ela opera uma forma de investigação simbólica, que articula a escuta, o discurso e a experiência. Tal abordagem não pretende competir com a ciência empírica, mas coexistir com ela, oferecendo uma compreensão complementar e crítica do humano.

A definição de ciência varia de acordo com o referencial epistemológico adotado. Popper (1972) define a ciência como um sistema de conjecturas e refutações. Uma teoria é considerada científica se for falseável, ou seja, se puder ser submetida a testes que, em princípio, possam refutá-la. A ciência progride por meio de hipóteses que são constantemente desafiadas e, quando refutadas, substituídas por outras mais robustas. A pseudociência se caracteriza pela não falseabilidade, ou seja, pela incapacidade de suas proposições serem submetidas a testes empíricos que possam refutá-las.

Bunge (1980) afirma que pseudociências recorrem à retórica e à autoridade em vez de rigor metodológico. As pseudociências não seguem o método científico, ignoram os princípios da lógica e não se submetem ao controle experimental, além de frequentemente recorrerem à retórica, à autoridade e às crenças populares para validar seus discursos.

Hansson (2017) acrescenta que a pseudociência não é apenas um erro de método, mas uma prática sistemática que evita a autocrítica, recusa-se a aceitar a possibilidade de erro e frequentemente apresenta resistência a revisões e atualizações fundamentadas em novas evidências.

Kuhn (2003) destaca que o progresso científico é marcado por mudanças paradigmáticas, isto é a ciência não se desenvolve de forma linear e cumulativa, mas sim como um processo histórico e social caracterizado pela construção de paradigmas. Esses paradigmas são modelos teóricos e metodológicos que orientam a prática científica de uma comunidade em determinado período. O progresso científico ocorre através de revoluções, nas quais um paradigma é substituído por outro, gerando uma mudança na visão de mundo da comunidade científica.

Feyerabend (1977) argumenta que não existe um método científico universal aplicável a todas as ciências, defendendo um pluralismo metodológico. O autor critica a rigidez metodológica e sustenta que muitos avanços científicos ocorreram justamente pela quebra das regras metodológicas tradicionais, sintetizando sua visão na expressão *anything goes*.

2.2.3 A psicanálise e o campo contemporâneo do saber

Na contemporaneidade, o avanço das neurociências e da medicina baseada em evidências redefiniu as fronteiras do que é considerado conhecimento válido. Contudo, essa reconfiguração também reintroduz a necessidade de uma ética do saber. Autores como Roudinesco (2014) e Dunker (2023) propõem compreender a psicanálise a partir de sua própria lógica epistemológica, que envolve coerência interna, consistência simbólica e eficácia clínica. Tais critérios não se confundem com os parâmetros experimentais, mas apontam para uma cientificidade discursiva, que se manifesta na transformação subjetiva e na construção de sentido.

Essa discussão é reforçada por diálogos interdisciplinares, como o da neuropsicanálise (Solms & Turnbull, 2002) e da psicoterapia baseada na mentalização (Fonagy et al., 2002), que buscam pontes entre o simbólico e o biológico sem reduzir um ao outro. Assim, a psicanálise mantém sua relevância no campo da saúde mental ao propor uma abordagem que reconhece a complexidade do sujeito e a impossibilidade de uma objetividade total, sustentando uma forma singular de produção de conhecimento no campo da saúde mental.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O debate acerca da cientificidade da psicanálise ocupa posição central nas discussões epistemológicas contemporâneas. Popper inaugura a formulação moderna do problema da demarcação científica ao propor o princípio da falseabilidade como critério distintivo da ciência. Segundo Popper (2009), uma teoria só pode ser considerada científica se for passível de refutação empírica. Para ele, a psicanálise, por apresentar proposições que se adaptam a qualquer resultado observável não atenderia a esse critério, sendo, portanto, classificada como pseudociência.

Essa crítica tem sido alvo de reavaliações. Autores contemporâneos destacam que o critério da falseabilidade, embora adequado para as ciências naturais, não se aplica da mesma forma às ciências humanas, cujo objeto (o sujeito e sua subjetividade) não é plenamente acessível aos métodos de mensuração empírica tradicionais.

Nesse contexto, Grünbaum (1984) apresenta uma análise rigorosa, reconhecendo que parte das proposições psicanalíticas podem ser testadas empiricamente, especialmente quando se referem à eficácia clínica e à relação entre sintomas e experiências infantis. Contudo, o autor também aponta que a psicanálise carece, em alguns aspectos, de controles metodológicos adequados (GRÜNBAUM, 1984).

Kuhn (1970) amplia a compreensão dos critérios científicos ao demonstrar que estes são construções históricas, sujeitas a mudanças paradigmáticas. Da mesma forma, Latour (2000) defende que a ciência é também um campo de construções sociais e disputas políticas, relativizando a aplicação rígida de critérios empíricos como únicos validadores do conhecimento científico. Assim, os critérios de cientificidade não podem ser tomados como universais, mas como construções históricas e discursivas que variam conforme o paradigma e o objeto em questão.

Nessa linha, Roudinesco (2014) defende que a psicanálise deve ser compreendida dentro de um paradigma epistemológico próprio, distinto do modelo experimental. Segundo a autora, reduzir a psicanálise aos parâmetros das ciências naturais desconsidera sua riqueza clínica, histórica e simbólica. A autora alerta, ainda, para o risco de deslegitimar saberes que não se ajustam aos padrões tecnocráticos da medicina baseada em evidências, enfatizando que a validade da psicanálise reside em sua coerência teórica, eficácia clínica e capacidade de oferecer compreensão profunda sobre o sofrimento humano.

Autores contemporâneos, como Christian Dunker, Gilson Iannini e Paulo Beer, reforçam essa perspectiva, destacando que a psicanálise não deve ser avaliada por critérios quantitativos estritos. Dunker e Iannini (2023) defendem que a acusação de pseudociência decorre de uma incompreensão das especificidades da psicanálise, que opera sobre processos simbólicos e subjetivos, não captáveis pelos métodos das ciências naturais. Da mesma forma, Beer (2020) argumenta que a psicanálise possui uma cientificidade própria, derivada de sua coerência interna, da transformação clínica que promove e de sua capacidade de dialogar com diferentes campos do saber, como a filosofia, a sociologia e as ciências cognitivas. Dessa forma, a cientificidade da psicanálise deve ser compreendida menos pela adesão a critérios empíricos estritos e mais por sua capacidade explicativa, coerência interna e produção sistemática de conhecimento sobre a subjetividade.

Assim, a cientificidade da psicanálise não se mede exclusivamente pela falseabilidade, mas pela consistência de seu arcabouço teórico, pela eficácia na prática clínica e pela produção sistemática de conhecimento sobre a subjetividade.

A discussão sobre a cientificidade da psicanálise tem sido enriquecida por avanços interdisciplinares, especialmente no diálogo com as neurociências. A neuropsicanálise, campo emergente inaugurado por Solms e Turnbull (2002), busca integrar os conceitos fundamentais da psicanálise com os achados neurocientíficos. Essa abordagem demonstra que processos subjetivos, como emoções, memória e inconsciente, possuem correlatos neurobiológicos, particularmente nas estruturas subcorticais, como o sistema límbico, a amígdala e o hipotálamo.

Os autores destacam que grande parte da atividade mental ocorre fora da consciência, corroborando a concepção freudiana de que a maior parte da vida psíquica é inconsciente (FREUD, 1915/2019). Estudos sobre lesões cerebrais fortalecem esse entendimento: danos em áreas corticais não impedem respostas emocionais básicas, enquanto lesões em estruturas subcorticais comprometem profundamente a vida afetiva, evidenciando que o inconsciente emocional tem base neurobiológica (SOLMS; TURNBULL, 2002).

Esse modelo é complementado pelos achados da neurociência afetiva, especialmente nos trabalhos de Panksepp (1998), que demonstra que os sistemas emocionais são filogenética e ontogeneticamente anteriores à cognição, reforçando a tese de que os afetos inconscientes estruturam a própria formação da consciência.

No campo clínico, desenvolvimentos como a psicoterapia baseada na mentalização (MBT), proposta por Fonagy et al. (2002), representam uma aplicação bem-sucedida de princípios psicanalíticos em intervenções empiricamente validadas. Estudos longitudinais demonstram a eficácia da MBT no tratamento de transtornos graves de personalidade, promovendo melhorias sustentadas em regulação emocional e funcionamento interpessoal.

As contribuições da neuropsicanálise, da teoria da mentalização e das psicoterapias psicodinâmicas, sustentadas por pesquisas empíricas contemporâneas, reafirmam a efetividade da psicanálise no tratamento de transtornos mentais, especialmente em quadros complexos e de longa duração. Esses avanços evidenciam que é possível estabelecer pontes entre o saber interpretativo da psicanálise e as exigências contemporâneas de validação científica, sem, contudo, subordinar sua lógica clínica aos modelos experimentais das ciências naturais.

Ricoeur (1977) propõe compreender a psicanálise como uma ciência hermenêutica, cuja validade não reside na verificação empírica isolada, mas na capacidade de interpretar o sentido inconsciente dos sintomas e promover transformações subjetivas. Sob essa perspectiva, a cientificidade da psicanálise se fundamenta na coerência teórica, no poder explicativo e na efetividade clínica. Shedler (2010) demonstrou que as psicoterapias psicodinâmicas produzem efeitos clínicos duradouros, muitas vezes superiores às terapias cognitivo-comportamentais, com manutenção dos ganhos após o término do tratamento. Leichsenring e Rabung (2008), em meta-análise publicada no *Journal of the American Medical Association (JAMA)*, constataram que a psicoterapia psicodinâmica de longa duração apresenta eficácia robusta no tratamento de transtornos de personalidade e depressão crônica, com tamanhos de efeito clinicamente significativos. Estudos da Tavistock Clinic, no Reino Unido, conduzidos por Midgley e Target (2005), apresentaram que adolescentes submetidos à psicoterapia psicanalítica apresentaram melhorias significativas no desenvolvimento emocional e interpessoal. Paralelamente, pesquisas realizadas no Instituto Max Planck, na Alemanha, demonstram que processos psicoterapêuticos de orientação psicodinâmica geram alterações neurobiológicas observáveis, especialmente em circuitos cerebrais relacionados à regulação emocional e à autopercepção, conforme Schiepek et al., 2013.

A partir dessa confluência entre epistemologia, neurociência e resultados clínicos, torna-se possível afirmar que a psicanálise, embora distinta das ciências naturais em seus métodos e objetos, apresenta rigor teórico, eficácia clínica comprovada e relevância cultural, legitimando-se como uma forma válida de conhecimento científico sobre a subjetividade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o lugar da psicanálise no campo do saber revela mais do que um impasse teórico: evidencia um debate sobre o próprio sentido da ciência e suas fronteiras discursivas. A psicanálise, ao introduzir o inconsciente como instância estruturante do sujeito, inaugura uma forma singular de produzir conhecimento, baseada na escuta, na linguagem e na interpretação. Essa especificidade a insere em um espaço intermediário entre ciência e filosofia, em um território em que o saber é construído na relação com o outro e com o desejo.

Autores como Kuhn (1970) e Latour (1987) demonstram que a ciência é também uma prática histórica e social, marcada por disputas e reconstruções simbólicas. A psicanálise participa desse mesmo processo, não como um discurso concorrente, mas como uma voz crítica que interroga os fundamentos da racionalidade moderna. Reconhecer sua contribuição é reconhecer que o conhecimento humano é múltiplo, e que diferentes formas de verdade podem coexistir de maneira produtiva.

A psicanálise não necessita adequar-se aos moldes da ciência empírico-positivista para manter sua legitimidade. Sua força reside justamente na capacidade de articular saber e subjetividade, teoria e experiência, linguagem e desejo. Em tempos em que a técnica tende a sobrepor-se ao sentido, o discurso psicanalítico reafirma a importância de uma escuta ética e simbólica do sujeito. Assim, a psicanálise continua a ocupar um lugar essencial no campo do saber contemporâneo: o de pensar, interpretar e transformar as formas de ser e conhecer no mundo.

A relação da psicanálise com a ciência sempre foi marcada por tensões epistemológicas. Embora Freud tenha se formado dentro do espírito científico de seu tempo e buscado, desde obras como Projeto para uma Psicologia Científica (1895), conferir à psicanálise um estatuto científico, a introdução do conceito de inconsciente promoveu uma ruptura com o modelo clássico de sujeito cartesiano. Nesse sentido, a psicanálise inaugura uma nova lógica de saber sobre o sujeito, baseada na linguagem, na divisão subjetiva e na centralidade do desejo.

A discussão sobre a cientificidade da psicanálise permanece um dos temas mais complexos e controversos na epistemologia contemporânea. Desde as críticas clássicas e que a classificou como pseudociência por não atender ao critério da falseabilidade, a psicanálise tem sido questionada quanto à validade de seus métodos e fundamentos. Apesar disso, outras perspectivas têm sido apontadas relativizando que os critérios de cientificidade são historicamente construídos e politicamente situados, variando conforme o paradigma científico vigente.

De acordo com Kuhn (1970), não existem critérios universais e atemporais de cientificidade, mas sim consensos estabelecidos dentro de paradigmas específicos. Latour (1987), por sua vez, destaca que a ciência é uma construção social sustentada por redes de atores, dispositivos e instituições que legitimam determinados saberes em detrimento de outros. Nesse contexto, a disputa pela cientificidade da psicanálise transcende o campo teórico, envolvendo questões políticas, institucionais e sociais.

A hegemonia contemporânea da medicina baseada em evidências impôs novos desafios à psicanálise, exigindo validação por meio de metodologias quantitativas, como ensaios clínicos e metanálises. No entanto, essa exigência revela-se limitada ao desconsiderar a natureza qualitativa, interpretativa e simbólica que caracteriza tanto o método psicanalítico quanto seu objeto de estudo: o inconsciente e a subjetividade.

O avanço da metaciência tem contribuído para ampliar esse debate, oferecendo instrumentos para avaliar não apenas os resultados das práticas científicas, mas também os pressupostos epistemológicos que orientam seus métodos. Nesse sentido, a psicanálise se consolida como uma prática de produção de conhecimento válida, ainda que não alinhada aos modelos positivistas tradicionais.

A análise desenvolvida neste trabalho demonstra que reduzir a psicanálise à categoria de pseudociência é não apenas epistemologicamente impreciso, mas também politicamente excludente. A nomeação de um saber como científico ou não possui impactos diretos na sua legitimidade acadêmica, na formulação de políticas públicas e na configuração dos sistemas de cuidado em saúde mental.

Autores apresentados neste trabalho apontam que a psicanálise deve ser reconhecida como uma forma legítima de produção de conhecimento, cuja cientificidade se expressa pela coerência interna de seu arcabouço teórico, pela eficácia clínica demonstrada e pela capacidade de oferecer sentido e transformação frente ao sofrimento psíquico.

A psicanálise não se enquadra nos moldes clássicos da ciência empírico-positivista, mas também não pode ser legitimamente descartada como pseudociência. Sua cientificidade reside em um paradigma próprio, sustentado por sua eficácia clínica, sua robustez teórica e sua relevância social e cultural. O debate permanece em aberto, refletindo não apenas os desafios epistemológicos atuais, mas também os rumos futuros da psicologia, da saúde mental e das ciências humanas. Reconhecer a especificidade epistemológica da psicanálise é fundamental para que se construa um campo científico plural, capaz de integrar diferentes formas de produção de conhecimento e de responder de maneira ética, crítica e sensível à complexidade da experiência humana.

Apesar das contribuições teóricas apresentadas, este trabalho possui limitações, sobretudo por apoiar-se em autores que oferecem recortes epistemológicos específicos, o que não permite abarcar toda a complexidade do tema. Diante disso, sugerem-se novos estudos que mobilizem diferentes métodos e articulações epistemológicas, de modo a ampliar as perspectivas de análise e aprofundar o debate sobre a ciência e suas contribuições para o campo da saúde mental..

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. *Is psychoanalysis a science? An answer in light of scientific pluralism*. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-11, out. 2024. DOI:10.25118/2763-9037.2024.v14.1353

BEER, Paulo. *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo: Blucher, 2017.

BERGAMO, Daniela. *Psicologia Social e Grupos Operativos: contribuições de Enrique Pichon-Rivière*. São Paulo: EPU, 2001.

BION, Wilfred. *Experiências em grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1965.

- BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BUNGE, Mario. *A ciência, seu método e sua filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- DE MAAT, S.; DE JONGHE, F.; SCHOEVERS, R.; DEKKER, J. *The effectiveness of long-term psychoanalytic therapy: a systematic review of empirical studies*. (publicado na ResearchGate / outras bases)
- DUNCAN, Christian. *Psicanálise: ciência ou arte?* São Paulo: Editora Psicologia, 2004.
- DUNKER, Christian; IANNINI, Gilson. *Ciência pouca é bobagem: por que a psicanálise não é pseudociência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- ELIA, L. *A ciência da psicanálise: metodologia e princípios*. Lisboa: Edições 70, 2023.
- ERIKSON, Erik H. *Infância e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ERIKSON, Erik H. *O ciclo de vida completo: uma revisão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FADIMAN, James; FRAGER, Robert. *Teorias da personalidade*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método: esboço de uma teoria anarquista do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1977.
- FONAGY, Peter et al. *Affect Regulation, Mentalization and the Development of the Self*. New York: Other Press, 2002.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. V-VI. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FREUD, Sigmund. *O ego e o id*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd F. *Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- GRÜNBAUM, Adolf. *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; CAMPOS, Roseli C. *A questão da ética na pesquisa em psicologia*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 102–111, mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000100006>. Acesso em: 07 abr. 2025.

HANSSON, Sven Ove. *Science and Pseudo-Science*. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2017 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/pseudo-science/>

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANO – IESLA. Núcleo de Graduação. *Manual de normalização: normas para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos*. Belo Horizonte, 2023.

IOANNIDIS, John P. A. *Why most published research findings are false*. PLoS Medicine, v. 2, n. 8, p. e124, 2005. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.0020124>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JAPIASSU, Hilton. *Psicanálise: ciência ou contra-ciência?* Rio de Janeiro: Imago, 1989.

JONES, Ernest. *Vida e Obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LATOURETTE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros através da sociedade*. São Paulo: UNESP, 2000.

LEICHSENFRING, Falk; RABUNG, Sven. *Effectiveness of long-term psychodynamic psychotherapy: a meta-analysis*. *The Journal of the American Medical Association*, v. 300, n. 13, p. 1551–1565, 2008. DOI: <10.1001/jama.300.13.1551>

LEICHSENFRING, Falk; RABUNG, Sven; STEINERT, Christian. *Psychodynamic therapy meets evidence-based medicine: a systematic review using updated criteria*. *The Lancet Psychiatry*, v. 2, n. 7, p. 648-660, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4493093/>.

LINDEGAARD, Tomas; BERG, Matilda; ANDERSSON, Gerhard. *Efficacy of Internet-Delivered Psychodynamic Therapy: Systematic Review and Meta-Analysis*. *Psychodynamic Psychiatry*, 48(4): 437–454, 2020.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. *Revista Katálysis*, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2021.

MIDGLEY, Nick; TARGET, Mary. *Recollections of being in child psychoanalysis: A qualitative study of a long-term follow-up sample*. *Psychoanalytic Psychotherapy*, v. 19, n. 1, p. 23-43, 2005.

- MIDGLEY, Nick; MORTIMER, Rose. *The evidence-base for psychodynamic psychotherapy with children and adolescents: a narrative synthesis*. *Frontiers in Psychology*, v. 12, e712673, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.712673/full>.
- PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*. São Paulo: Contexto, 2023.
- PEREIRA, Ana Cláudia; MOURA, Dayvison B. *A importância das revisões narrativas na pesquisa em ciências humanas*. *Revista REASE*, v. 9, n. 4, p. 102–118, 2023.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O vínculo: uma teoria operativa para a prática*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1987.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações: o desenvolvimento do conhecimento científico*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.
- RICOEUR, Paul. *Freud: uma interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- ROCHA, Vívian S.; VILAS-BOAS, Camila M. *Revisão narrativa: aspectos conceituais e metodológicos para o pesquisador em ciências humanas*. *Revista de Iniciação Científica da FUCAMP*, v. 13, n. 23, p. 149–160, 2022.
- ROTHER, Edna T. *Revisão sistemática X revisão narrativa*. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- ROUDINESCO, Élisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ROUDINESCO, Élisabeth. *Sigmund Freud: na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SCHIEPEK, Günter et al. *Patterns of brain activation in long-term psychoanalysis: a neuroimaging study*. *Frontiers in Human Neuroscience*, v. 7, p. 677, 2013. DOI: <10.3389/fnhum.2013.00677>.
- SCHIEPEK, Wolfgang et al. *Process-outcome research on psychotherapy: The example of neurobiological changes in the course of psychodynamic therapy*. *Psychotherapy Research*, v. 24, n. 3, p. 366-383, 2013.
- SHEDLER, Jonathan. *The efficacy of psychodynamic psychotherapy*. *American Psychologist*, v. 65, n. 2, p. 98–109, 2010. DOI: <10.1037/a0018378>.

SMITH, Erin I. *Thinking like a psychological scientist*. In: BEEFTINK, R. (Org.). *Introduction to Psychology: The Full NOBA Collection*. Champaign, IL: NOBA Project, 2018. Disponível em: <https://nobaproject.com/textbooks/introduction-to-psychology-the-full-noba-collection/modules/thinking-like-a-psychological-scientist>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SOLMS, Mark; TURNBULL, Oliver. *The Brain and the Inner World: An Introduction to the Neuroscience of Subjective Experience*. New York: Other Press, 2002.

TROTT A et al. *The efficacy of psychodynamic psychotherapy for young adults: a systematic review and meta-analysis*. *Frontiers in Psychology*, 2024. [Frontiers+1](#)

TROTT A et al. *The efficacy of short-term psychodynamic psychotherapy (STPP) in depressive disorders: a systematic review and meta-analysis*. [PubMed](#).

WOLL, Christian Franz Josef; SCHÖNBRODT, Felix D. *A series of meta-analytic tests of the efficacy of long-term psychoanalytic psychotherapy*. *European Psychologist*, v. 24, n. 3, p. 288-303, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/33428704>.